

ACTA Nº 08/2006

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E SEIS. ---

Aos vinte e dois dias do mês de Setembro do ano dois mil e seis, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Setembro, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 22/06/2006 a 22/09/2006; -----

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta de uma Derrama para cobrança no ano 2007 (alínea f, nº. 2, do artº. 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Proposta, para nos termos dos disposto do artº. 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), se fixarem para vigorar no Município de Ílhavo, no ano de 2007; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação do Plano de Pormenor do Museu – Proposta de Alteração sujeita a regime simplificado; -----

Ponto 5 – Debate e emissão de parecer sobre a Proposta de Lei nº. 339/06, Lei das Finanças Locais; -----

Ponto 6 – Eleição do Presidente da Junta, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do Município, ao XVI Congresso Extraordinário da ANMP, a realizar a 04 de Outubro de 2006; -----

Ponto 7 – Apreciação e Votação para emissão de Certidão de Declaração de Interesse Público para desafectação da área de REN e RAN, necessária à Circular Poente – Variante Norte – 2.ª Fase; -----

Ponto 8 – Apreciação e Votação para emissão de Certidão de Declaração de Interesse Público para desafectação da área de REN e RAN, necessária à ampliação da empresa “SENAMAR – Produtos Alimentares, Lda.” -----

COMPOSIÇÃO DA MESA. -----

A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO -----

Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. Faltou o Vereador João Oliveira. -----

FALTAS -----

Josué Teixeira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Augusto Soares. -----

Eduardo Ferreira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente por motivos laborais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, António Rocha. No entanto, por renúncia de mandato deste, é substituído pelo seguinte na lista João Álvaro Ramos. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a presença de: Humberto Rocha, Carlos Sarabando, David Louro, João Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Manuel Augusto Soares, António Flor Agostinho, Hernâni Santo, Cláudia Santos, Jorge Tadeu Morgado, Pedro Parracho, Nuno Torres, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, João Ramos, Rui Pereira, Hugo Coelho, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO: -----

Presente o seguinte requerimento: -----

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Maria de Lurdes de Jesus Vieira, residente na Av.ª Bela Vista, na Costa Nova, em Ílhavo, vem informar V.Exª que, por motivo de ter efectuado um transplante, ainda não lhe é permitida, por aconselhamento médico, permanência em locais públicos. -----

Assim, e, atendendo ao exposto, vem solicitar a V.Ex.^a lhe seja concedida ao abrigo do artigo 77º n.º3 alínea a) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5/A-2002, de 11 de Janeiro, suspensão de mandato pelo período de 30 dias. -----

Mais solicito que, nos termos do artigo 76º n.º4, do citado diploma, seja substituída pelo membro que se segue na lista Sr. Hernâni Lopes Santo. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

Costa Nova, 13 de Setembro de 2006 -----

Ass)-Maria de Lurdes de Jesus Vieira"-----

A Assembleia Municipal de Ílhavo tomou conhecimento na sua reunião de 2006.06.28, passando a sua substituição a ser feita pelo membro imediatamente a seguir na lista, Hernâni Lopes. -----

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Álvaro Manuel da Rocha Ramos, ao abrigo da alínea d) do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal, vem requerer a suspensão do mandato que vinha exercendo nessa Assembleia Municipal pelo período de 21 de Setembro de 2006 a 31 de Janeiro de 2007 (133 dias). -----

Ílhavo, 21 de Setembro de 2006-09-21-----

Ass)- Álvaro Manuel da Rocha Ramos"-----

A Assembleia Municipal de Ílhavo tomou conhecimento na sua reunião de 2006.06.28, passando a sua substituição a ser feita pelo membro imediatamente a seguir na lista, David Louro. -----

ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES: -----

Foram presentes as seguintes actas para aprovação: -----

Acta n.º 06/2006: Submetida a votação foi aprovada por maioria, com a abstenção do membro João Ramos em virtude de não ter estado presente. -----

Acta n.º 07/2006: Submetida a votação foi aprovada por maioria, com a abstenção dos membros Pedro Parracho e João Ramos em virtude de não terem estado presentes. -----

DE SEGUIDA, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA PROPÓS QUE FOSSE RESERVADO UM MINUTO DE SILÊNCIO EM MEMÓRIA DO CAPITÃO ADRIANO AGUALUSA NORDESTE, FALECIDO EM 16 DE AGOSTO DO ANO EM CURSO, A QUAL FOI ACEITE, DE IMEDIATO, PELOS PRESENTES. -----

De imediato foi apresentado pela mesa um voto de pesar com o seguinte teor: -----

" Adriano Agualusa Nordeste -----

Nasceu em Ílhavo em 1923, homem de grande actividade a que não foi estranho o seu percurso de infância, adolescente e jovem, caracterizado desde muito cedo pelo trabalho, nomeadamente como contínuo na Fábrica da Vista Alegre até aos 20 anos de idade. -----

Frequentou o curso nocturno da Escola Comercial, em Aveiro, e completou o 1º ano do Instituto Comercial do Porto, na qualidade de estudante – trabalhador. Completou o curso da Escola Náutica em 1948, e nesse mesmo ano fez a primeira viagem ao bacalhau para a Terra Nova, a bordo do arrastão Santa Joana, com a categoria de 2º Piloto. -----

Em 1951 passou a imediato, embarcando no navio Santa Princesa, passando depois para o Santa Joana onde prestou serviço até 1953. Em 1959, completou o Curso de Capitão da Marinha Mercante Portuguesa. Comandou os arrastões bacalhoeiros Santa Joana, Santo André, Rio Alfusqueiro e Santa Mafalda, ao serviço da Empresa de Pesca de Aveiro (EPA), à qual teve ligação profissional durante 26 anos. Após cooperação na transformação do arrastão Santa Mafalda em navio congelador, aposentou-se aos 59 anos.-----

A partir de 1984, integrou os Corpos Sociais do Illiabum Clube, ao qual se dedicou até ao fim da vida, uma das maiores figuras de sempre na vida do Illiabum. Em 1991, foi eleito Sócio de Mérito, em 1996 recebeu o diploma e emblema de ouro do Illiabum pelos 50 anos de sócio. -----

Como autarca, foi Secretário da Junta de Freguesia de S. Salvador, entre 1989 e 1993, foi Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Salvador, entre 1994 e 1997. Em 1998, foi eleito Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, cargo que desempenhou com notável sentido de cidadania, até 2005. -----

A Câmara Municipal de Ílhavo prestou-lhe homenagem em 1992, com a atribuição da Medalha do Concelho em Vermeilh, e com a Medalha do Concelho em Ouro, em 2003, aquando das Comemorações do Feriado Municipal, e nesse mesmo ano foi atribuído ao Pavilhão de Ílhavo, o seu nome. -----

Ainda a nível da sua vida ligada ao associativismo em Ílhavo, foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, exerceu também o cargo de Secretário da Confraria Gastronómica do Bacalhau. -----

Foi ainda Presidente da Direcção do Centro Recreativo dos Oficiais da Marinha Mercante, representante do Município de Ílhavo no Conselho Geral do Hospital Distrital de Aveiro. -----

O capitão Adriano Agualusa Nordeste ficará para sempre como figura de relevo da História de Ílhavo, sobressaindo o exemplo do exercício da cidadania, que deverá servir de estímulo para todos nós. -----

Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo proponho que a Assembleia Municipal de Ílhavo reunida em 22 de Setembro de 2006 delibere: -----

* Homenagear o Homem, o autarca, o dirigente associativo; -----

* Enviar à sua família as mais sentidas condolências; -----

* Publicar na Imprensa Regional. -----

Ílhavo, 22 de Setembro de 2006 -----

A Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

O Presidente, -----

As.) António Francisco das Neves Vieira. -----

O 1º Secretário, -----

As.) Carlos Sarabando. -----

O 2º Secretário, -----

As.) Dinis Gandarinho". -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Este documento foi igualmente subscrito pelos membros da bancada do PSD. -----

Relativamente a esta proposta intervieram os seguintes membros: -----

FLOR AGOSTINHO: Foi com muita mágoa e tristeza que ele e a bancada do PSD viram partir o Capitão Nordeste, pessoa dedicada, solidária, disposta a trabalhar, e a defender grandes causas, bem como o abraçar do princípio de defesa do associativismo, sempre de uma forma simples, honesta, honrada, colocando-se sempre ao dispor das colectividades, e nunca defendendo o seu interesse pessoal, mas sempre disposto a trabalhar nas várias colectividades em que participou. -----

Refere que foi uma honra ao longo de oito anos, trabalhar, colaborar, apoiar e estar ao seu lado, em momentos bons, em momentos maus, nesta Assembleia Municipal. Estão com a consciência tranquila que durante esses oito anos ele contribuiu para o grande desenvolvimento do Concelho. Também ele com a sua postura, dignidade, maneira de ser simples e empenhada, contribuiu para que tudo isto que hoje é uma realidade, pudesse fortificar. Ele sempre soube conduzir esta Assembleia com pundonor, com simplicidade, procurando consensos, através do seu espírito da defesa do Concelho. -----

Também no movimento associativo indica que sempre estiveram dispostos a colaborar com ele, estando presentes no último momento da sua despedida, sendo um símbolo para a juventude vindoura. -----

Será sempre reconhecido pela população de Ílhavo, perdurando naqueles que tiveram a possibilidade de com ele conviver. Portanto, foi com muita mágoa que o viram partir, referindo que gostariam de seguir o seu exemplo de vida. -----

Termina demonstrando o seu interesse em subscrever o voto de pesar. Por isso votarão favoravelmente. ---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

JOSÉ LOUREIRO: Começa a sua intervenção abordando algumas questões: Refere que a Câmara continua a não cumprir a Lei ao recusar a apresentação do balancete com a situação económica/financeira da mesma; Continua a aguardar pela autorização do Presidente da Câmara para efectuar uma visita aos serviços da Câmara, bem como pela consulta do ante-projecto da Gafanha Norte/Poente; Verifica que o regulamento do Mercado da Gafanha da Nazaré continua a não ser aplicado;

Questiona qual a situação de negociação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, afim de efectuar a transferência da gestão do Mercado de Ílhavo para a Junta de Freguesia. -----

Termina, constatando que a agressividade da Câmara Municipal para o orçamento de 2006 está a ser colocado em prática, visto que as Juntas de Freguesias sofreram um corte de 40%.-----

HUMBERTO ROCHA: Relativamente ao tema das areias no Porto Comercial, refere que a Câmara tem obrigações precisas em relação aos seus Municípios, entre os quais defendê-los de prepotências de Instituições com sede no Concelho. -----

Assim, diz que a APA, tem vindo a ultrapassar todos os limites, desrespeitando o Município que a acolhe, ao depositar um muro de areia com mais de 20m de altura na zona norte da Cidade da Gafanha da Nazaré. Consequentemente, os ventos dominantes atiram a areia para cima das habitações, invadindo tudo e sujando as viaturas e a roupa que se encontra a secar, provocando também inflamações nos olhos e crises de dificuldade respiratória. -----

Acrescenta que parte dessa areia excedentária deveria ser devolvida às praias, impedindo o desaparecimento do cordão dunar, como estava previsto nos Planos de Defesa da Orla Costeira, a APA continua a aumentar a montanha e a dizer que vai minimizar o impacto regando a areia e no futuro colocando um coberto vegetal. Comenta que a primeira acção é razoável, limitando a dispersão das areias, no entanto, já a proposta do coberto vegetal é uma afronta à população da Gafanha, pois é a constatação de que a APA tem a intenção de eternizar o problema, impedindo, também, as gentes ribeirinhas de olharem o ambiente em redor que sempre marcou a sua vida, a Ria. -----

Termina, questionando quais as acções que a Câmara Municipal pretende tomar para acabar com o problema. -----

RUI PEREIRA: Começa por dizer que não está a ser cumprida a lei, visto que não é comunicado aos membros da Assembleia a situação financeira da Câmara, o saldo, e O estado actual das dividas a fornecedores, as reclamações, recursos hierárquicos, como também a identificação dos processos judiciais pendentes e a situação actual dos mesmos. -----

Menciona que Portugal tem um Governo em plenas funções. Exemplo disso são as diversas reformas em curso, destacando: o Plano Tecnológico, a desburocratização, a modernização/Reforma do Estado imparável; a Reforma da Segurança Social; a criação de complemento solidário para idosos; diversas medidas tomadas na área da educação e formação profissional, o fomento da cultura; investimento na ciência, a reforma da justiça e a reforma do Poder Local. -----

Sobre o processo em tribunal do Presidente da Câmara refere que após confirmação da Relação de Coimbra da sentença que foi proferida pelo Tribunal de Ílhavo e que o condenou a uma multa de 6 750, 00 €, na forma de pagamento a dois ofendidos de indemnizações que totalizam 11.500,00 €. Os ofendidos são dois ex-autarcas do Concelho, o Engº. Manuel Sardo e o Sr. Rogério Manuel e o crime foi de difamação, de forma gratuita, lançando falsidades para a praça pública. Em suma, diz que a política não é o palco de vale tudo. -----

MANUEL SOARES: Começa por perguntar qual o estado em que se encontra o Parque de Campismo da Gafanha da Nazaré. -----

Constata que se encontra em debate o futuro da Ria de Aveiro, envolvendo instituições como, a APA, a Rota da Luz, a AMRIA e os Municípios da Ria e outras entidades de utilização da Ria de Aveiro, e outras questões económicas, de fiscalização e de lazer. Salienta que as características únicas da Ria de Aveiro merecem uma maior atenção e debate entre as entidades que a utilizam, tornando-se fundamentais para um desenvolvimento exemplar. -----

Lamenta que não se tenham lembrado da única associação sediada no município de Ílhavo, Associação de Pesca Artesanal da Ria de Aveiro, APARA. Esta associação de profissionais da pesca activa conseguiu três alterações significativas à legislação para a pesca na Ria de Aveiro, visto que a actividade da pesca artesanal é um dos sectores sócio-económicos mais importantes da Ria de Aveiro e ainda o maior empregador de muitos municípios com Ria. -----

Termina dizendo que a APARA, em representação dos profissionais da pesca artesanal local, é um parceiro de pleno direito, que não poderá ser ignorada em iniciativas importantes para o futuro da Ria, o qual estará sempre associado à pesca e aos pescadores. -----

FLOR AGOSTINHO: Questiona qual o andamento dos trabalhos com a ligação à A17 não só relativamente à parte da intervenção do Poder Central como também à intervenção da autarquia, bem como, se continua previsto a sua abertura ao público no decorrer do mês de Outubro. -----

MANUEL SERRA: Começa por dizer que através da Comunicação Social, tomou conhecimento que o Governo pretende fazer cortes em obras públicas, tendo em vista a contenção de despesas e dívida pública. Refere, que ficou a dúvida, se era aplicado a novas adjudicações ou se afectaria também trabalhos em curso. Dá como exemplo as obras do Quartel da GNR e da Ponte da Barra. Solicita mais esclarecimentos. -----

Faz referência à intervenção do membro Humberto Rocha, acrescentando que, na questão das areias, o pó também incomoda a zona da Cambeia. Continuam a aguardar por uma visita solicitada à Delegação de Saúde, bem como por uma resposta das entidades sanitárias. -----

Termina dizendo que há mais de um ano que a Junta de Freguesia e o seu Executivo estão a trabalhar intensamente nesta matéria. -----

EDUARDO CONDE: Começa por tecer algumas considerações políticas, chamando à atenção para o aumento do desprezo pelas causas comuns a rejeição da política em geral. Por isso, apela a que futuras sessões sejam qualitativamente mais gratificantes. -----

JOÃO RAMOS: Começa por dizer que através da Comunicação Social soube que as câmaras se propõem fazer um corte de apoio às escolas e à GNR. Questiona qual a verdadeira situação em relação às escolas. Perante a situação de na falta de uma auxiliar e a outra estar encarregue de 100 crianças, pergunta de quem é a responsabilidade; se da Câmara ou do Agrupamento. -----

Refere que sendo o Dia Europeu Sem Carros, e perante as actividades do dia, menciona que prefere a poluição provocada pelos escapes dos automóveis, do que a poluição sonora das actividades do dia. Apela cuidado, em relação ao barulho nas próximas actividades. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----1ª

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Relativamente à questão das areias da APA e em resposta ao membro Humberto Rocha indica que há uma relação permanente de trabalho e de bom relacionamento institucional entre a Câmara e a APA, visto que há muitos assuntos em comum para tratar. Acrescenta que este trabalho tem sido feito em perfeita sintonia e ligação estratégica com a Junta de Freguesia e com a população, no sentido de juntos pressionarem a Administração do Porto de Aveiro para resolução do problema. Adianta que foi explicado publicamente pelo Presidente do Conselho de Administração a razão pela qual o problema ainda não foi resolvido, bem como os traços gerais em como seria resolvido. Responde ao membro Manuel Serra, que tanto a Junta como a Câmara têm tido acção objectiva perante esta matéria e a APA já tornou publico as medidas que vai tomar. A obra que provocou este monte de areia foi sujeita a estudos de impacte ambiental, no entanto, o mesmo não fez qualquer previsão sobre o problema em causa. -----

Ao membro Rui Pereira e no âmbito da matéria da Lei das Finanças Locais faz referência que está em causa o Poder Local deste País com a proposta de Lei apresentada pelo Governo, apelando a todos os membros a sua leitura, visto que trará graves consequências a todas as Câmaras do País e as quais comentará em pormenor em reunião seguinte. -----

Quanto à questão da sentença do Tribunal, da qual foi condenado, donde teve de pagar o valor exigido e publicar um sumário da sentença num conjunto de jornais, refere que a mesma foi recorrida no Supremo Tribunal de Justiça, podendo provocar um sentido devolutivo no caso de lhe ser dada razão. -----

Ao membro Manuel Soares informa que está nesta Assembleia como membro do PS e não como Presidente da APARA, por isso, não responderá às questões colocadas, no entanto abordará o assunto da Ria de Aveiro na sua exposição municipal. -----

Sobre a Lei das Finanças Locais, informa o membro João Ramos que a notícia do Correio da Manhã é indutora de leituras erradas. Adianta que a proposta de lei não é justa, visto que para o equilíbrio entre o que o Poder Local dá ao Poder Central e Vice-versa, justificando com diversos exemplos quotidianos, nomeadamente na área da educação. Perante o exemplo apresentado, informa que as auxiliares de acção educativa das escolas pertencem ao Ministério da Educação, no entanto a Câmara vai verificar a situação.

Termina dizendo que o barulho mencionado em actividade da Câmara não incomodou as crianças participantes, pelo contrário, era bastante visível a sua alegria. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

JOÃO RAMOS: Refere que compreendeu a intervenção do Presidente da Câmara. -----

RUI PEREIRA: Diz que a questão colocada sobre a situação financeira da Câmara não foi respondida pelo Presidente. -----

HUMBERTO ROCHA: Relativamente à questão das areias refere que além de andarem no ar é também um problema de impacto visual, visto que não deixa a população ter vista para a Ria. -----

Na sua capacidade e a tenacidade em defender a sua Terra, menciona que nunca deixaria de falar ao Presidente da APA, de lhe escrever e de lhe mandar documentação. Fê-lo como cidadão nascido na Gafanha da Nazaré e como médico, afim do problema ser resolvido. No entanto, relembra que a Câmara, como gestora deste território tem de fazer tudo para que seja resolvido. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Ao membro Rui Pereira informa que já anteriormente respondeu à questão colocada, bem como da disponibilidade dos serviços da Câmara para verificação da situação financeira da Câmara, os balancetes e os processos judiciais. -----

Ao membro Humberto Rocha relembra que é útil para o município as suas funções no Ministério da Saúde. No entanto, refere a sua concordância no que respeita ao impacto visual do monte de areia. Assim, aguarda para que no próximo ano as soluções da APA tenham tido efeito. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 22/06/2006 a 22/09/2006; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Começa a sua intervenção por mencionar o arranque do ano lectivo, destacando as obrigações cumpridas por parte da Câmara, nomeadamente na abertura de salas de aulas novas na Cale da Vila, Marinha Velha e na Gafanha de Aquém, a distribuição da agenda escolar editada pela Câmara e o programa de enriquecimento curricular devidamente aprovado pelo Ministério da Educação. Informa ainda que se encontra na recta final o Plano Municipal de Educação Educativa o qual será publicamente apresentado na Semana da Educação que se realizará na segunda quinzena do mês de Outubro. -----

Lamenta a decisão do Ministério da Educação em terminar com as equipas de Extensão Educativa, mais conhecida pela Equipa de Educação de Adultos e a Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos. Em contrapartida tentar-se-á através dos espaços Maior Idade das quatro Freguesias abordar o tema da Educação de Adultos. -----

Quanto aos apoios educativos, os agrupamentos ficam com a responsabilidade de gerir esta matéria tão importante para algumas das nossas crianças que precisam de um apoio suplementar em relação ao normal. -----

Destaca a regata comemorativa dos 500 anos do Funchal a decorrer em 2008 e que terá a colaboração de diversos parceiros. Refere que os acordos de cooperação com as associações e Juntas de Freguesia que já foram aprovados e assinados. -----

Termina dando ênfase ao acordo de cooperação com a Associação dos Amigos de Ílhavo em New Bedford, visto que a mesma está num processo de renovação e de revitalização, e por isso demonstra a satisfação em ter participado na inauguração da nova sede desta associação, como também ter participado numa acção de angariação de fundos para acções de beneficência que esta associação decidiu realizar. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Destaca o seu testemunho no Creoula, ao ter participado na viagem, de Ílhavo –

Santander, enaltecendo a organização da Câmara, apelando a que não termine com este tipo de eventos. Sugere que houvesse uma alteração ao regulamento, de forma a permitir que embora não residissem no Concelho, os filhos de ilhavenses pudessem também participar. -----

Embora para muitas associações a parceria da Câmara Municipal seja maioritária em apoio, chama a atenção que as associações têm que ter a preocupação de não estar dependentes do subsídio das Câmaras. No entanto e no âmbito da assinaturas dos acordos, é visível a confiança entre a Câmara, Juntas e Associações. -----

MÁRIO JÚLIO RAMOS: De acordo com o documento apresentado destaca actividades relacionadas com a animação cultural, nomeadamente, Regata da Comemoração dos 500 anos do Funchal, a ampliação do Centro Cultural da Gafanha da Nazaré, as Comemorações de mais um aniversário do Museu Marítimo de Ílhavo e Navio Museu Santo André, Experiência do Mar/Creoula, Festas do Mar/Agosto e o Primeiro Aniversário da Inauguração da Biblioteca Municipal do qual se destaca o prémio atribuído "Prémio Internacional de Arquitectura", e que mostra também que neste Concelho de Ílhavo, está bem à frente, bem no pelotão daquilo que é a modernidade. -----

Termina dizendo que a própria construção do Centro Cultural de Ílhavo é uma aposta na cultura, na animação, não se desassociando dos eventos culturais na Câmara Municipal de Ílhavo, porque é já uma realidade materializada e da qual a população vive. -----

EDUARDO CONDE: Começa por destacar o estado em que se encontra a educação no País e as medidas tomadas nessa matéria. Nesse âmbito, refere que é da mesma opinião que o ex-ministro do anterior Governo ao defender que as boas escolas assentam num bom projecto educativo, numa liderança forte e num corpo docente estável. No entanto, acrescenta, que seria preciso substituir a cultura da dependência pela cultura da autonomia, assumindo cada escola o seu projecto que permita que os alunos atinjam competências e atitudes e comportamentos sociais que lhes permitam um papel activo e construtivo da sociedade. -----

Apela a que a Câmara Municipal continue a melhorar aquilo que está a ser feito ao nível da introdução das actividades extra curriculares. Apresenta como exemplos a edição da Agenda Escolar e o apoio educativo de Pais e Professores, como sendo contributos fundamentais para que as escolas fortaleçam o seu projecto educativo. -----

JORGE TADEU: Diz que o documento apresentado é conciso, completo e explana bem aquilo que se passou nos últimos três meses. Desse modo, destaca a Experiência Mar Creoula, como sendo uma experiência única e inesquecível. -----

Enaltece a publicação do Roteiro Turístico do Município de Ílhavo, em inglês, como elemento de promoção do nosso Concelho. No entanto, sugere que o mesmo seja publicado noutros idiomas, tais como, espanhol e francês. -----

HUMBERTO ROCHA: Quanto aos acordos de Cooperação entre a CMI e as Juntas de Freguesia, indica que apesar do Presidente informar que os acordos são assinados atempadamente, menciona que é visível o atraso no cumprimento das obrigações entre Autarquia e Juntas. Acrescenta que esta situação torna difícil os executivos das Juntas programarem os seus investimentos. Termina questionando quais os valores atribuídos às Juntas de Freguesia, por quanto sabe que existem associações no Concelho que recebem mais que as Juntas de Freguesia. -----

FERNANDO NASCIMENTO: No âmbito da Educação, realça os melhoramentos ocorridos nos Jardins e Escolas do Município, bem como a candidatura ao Programa de Enriquecimento Curricular. Assim, questiona em que situação se encontra. Termina, perguntando qual foi a aceitação dos pais em relação ao encerramento da escola dos Moitinhos. -----

FRANCISCO GRANGEIA: É de opinião que a actividade municipal está incompleta. Solicita informações sobre os Planos de Pormenor do Concelho, nomeadamente os da Gafanha da Encarnação. Pergunta para quando a apresentação das alterações ao PDM? -----

Alerta para o facto da recolha dos ecopontos não ser tão assídua no verão, o que transmite uma imagem degradante a quem visita o Concelho. -----

Chama à atenção para a situação da casa que se encontra em construção no cruzamento das ruas Padre Resende e rua João Carapelho, visto que a mesma esteve parada durante cerca de três meses, no entanto

neste momento, encontra-se novamente em construção. Alerta para o estado da garagem que está a ser construída está em cima da estrada Padre Resende, com a gravidade da abertura estar também para essa rua. Por isso, apela à Câmara medidas rápidas de resolução do problema, porque a garagem vai contra todas as normas e leis da construção existentes neste Concelho. -----

JOSÉ LOUREIRO: Relativamente à experiência Mar Creoula, verificou que já houve várias pessoas que foram na viagem diversas vezes, por isso indica que o sorteio deveria sofrer algumas modificações. -----

Solicita que o informasse sobre qual o problema existente na Piscina de Ílhavo. -----

No âmbito do URBCOM, pergunta quantas pessoas se candidataram. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Ao membro Eduardo Conde diz que o seu discurso sobre educação nada se aplica ao Município de Ílhavo, porque tem havido um grande investimento nessa matéria que é tida como prioritária. -----

Responde ao membro Jorge Tadeu que a edição do roteiro em espanhol já se encontra praticamente finalizado e que aceita a sugestão da versão em francês. -----

Ao membro Humberto Rocha que abordou a questão dos protocolos com as Juntas de Freguesia, responde que todos pretendiam que a verba fosse maior, mas as circunstâncias não o permitiram. Nos próximos anos tentar-se-á que a assinatura dos protocolos tenha como referência o segundo trimestre do ano. No entanto, refere que é impróprio comparar protocolos de associações com Juntas, visto que as associações têm uma dinâmica e circunstancialismo financeiro diferente das Juntas de Freguesia. -----

Relembra que a situação que se prevê para 2007 é muito mais grave, porque os Fundos Comunitários só estarão disponíveis a partir de Setembro ou Outubro e se a Lei das Finanças Locais for aprovada, vão existir situações de graves limitações financeiras. -----

Explica que o Programa de Enriquecimento Curricular está em curso e que estão abertos três concursos nas áreas da Música, Educação Física e Inglês. Em paralelo, há um trabalho com os Agrupamentos e com as Associações de Pais, onde são abordados pormenores de ordem logística em termos de edifícios, transportes, entre outros, de forma a dar qualidade ao mesmo. -----

Relativamente ao encerramento da Escola dos Moitinhos, informa que as crianças foram transferidas para a Escola Presa/Légua, que tem junto o Jardim-de-infância e um Centro de ATL. -----

Ao membro Francisco Grangeia, e sobre os Planos de Pormenor, informa que aguarda da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e do novo pacote legislativo de planeamento por publicar, resposta aos diversos ofícios já enviados. No que respeita ao Plano de Pormenor da Gafanha da Encarnação/Norte há um trabalho de concertação entre as propostas do Gabinete Projectista e as propostas da CMI, afim de se chegar a um acordo. Quanto aos outros Planos, nomeadamente Bruxa e Quilómetro Zero, estão pendentes de tramitação formal liderada pela CCDRC. -----

Em relação à Revisão do PDM, tudo está mais lento, visto que a CCDRC não tem tido a dinâmica necessária para dar seguimento ao processo, nem sequer responder às propostas da revisão do plano que foi apresentado em Fevereiro de 2004. Acrescenta que o Governo veio na prática condicionar o desenvolvimento da revisão dos PDM's à concertação com os Planos Regionais de Ordenamento do Território, que determinou estarem executados até final de 2007. Portanto, dificilmente a Revisão do PDM de Ílhavo, e dos outros Concelhos que têm esta revisão em curso, acabará no final de 2007. -----

Acerca dos Ecopontos, informa que não tem qualquer registo da situação descrita como dramática, no entanto, confirma que surgiram algumas situações pontuais. -----

Quanto à garagem mencionada pelo membro Francisco Grangeia, indica que o Vereador Marcos Ré irá formalmente verificar a situação e dar conta da circunstância legal do processo. -----

Ao membro José Loureiro diz que não tem conhecimento de qualquer problema na Piscina de Ílhavo, a não ser determinados formalismos para que a época desportiva arranque. -----

Informa que, brevemente, apresentará uma exposição escrita pormenorizada sobre o URBCOM à Assembleia Municipal. No entanto, indica que, no Município de Ílhavo, não houve adesão, em número significativo dos comerciantes. O processo não está terminado porque as candidaturas ainda não foram avaliadas. -----

Em relação às questões colocadas no período antes da Ordem do Dia pelo membro José Loureiro, informa que não há nenhum ante-projecto da Gafanha Norte/Poente, demonstrando que se encontra disponível para em reunião apresentar o Plano pretendido. À solicitada visita aos serviços municipais, pede para que lhe indique quais pretende visitar, afim de planificar a visita, bem como verificar quem o deverá acompanhar. -----

Em relação ao Mercado da Gafanha da Nazaré, tem havido um trabalho conjunto entre a Câmara e a Junta de Freguesia, para que todas as condições do mercado estejam operacionais. -----

O Mercado de Ílhavo irá sofrer uma reforma que ainda está em discussão interna e só depois disso é que se fará a transferência de gestão. -----

Relativamente à questão do Parque de Campismo da Gafanha da Nazaré, informa o membro Manuel Soares que a Câmara está a trabalhar em conjunto com a Junta de Freguesia e Grupo Desportivo da Gafanha, no sentido dos problemas que existem sejam resolvidos e a sua qualificação uma realidade. -----

Responde ao membro Flor Agostinho dizendo que a obra da A17 está decorrer bem, tanto a da responsabilidade da Câmara como da Lusocut. Está previsto que a obra deverá estar pronta até finais do mês de Outubro, e que a operação de circulação possa acontecer no final de Outubro ou no início de Novembro. -----

Termina, respondendo ao membro Manuel Serra, que apesar do objectivo de controlo do défice até ao final do ano, e, segundo informações obtidas, nenhuma das obras do município serão suspensas. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

HUMBERTO ROCHA: Refere que verificou falhas na atribuição das verbas dos acordos de cooperação entre a Câmara e as Juntas, visto que só têm duas opções, ou aceitam o valor apresentado pelo Presidente da Câmara, ou não há acordo. Daí dizer, ser evidente, as Juntas optarem pelo acordo voluntariamente à força. -----

Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para uma terceira intervenção:

3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Esclarece o membro Humberto Rocha que se as Juntas de Freguesia não concordarem com o protocolo não o assina e vice-versa, isto é, ninguém é obrigado a transferir verbas da Câmara para as Juntas de Freguesia. Indica que quem é obrigado por lei a transferir verbas para as Juntas de Freguesia é o Governo. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta de uma Derrama para cobrança no ano 2007. (alínea f, nº. 2, do artº. 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Começa por referir que a derrama é uma receita importante, visto que são cerca de 600.000 € para o orçamento da Câmara Municipal, o que contribui para o desenvolvimento e qualidade de vida do Município, e daí a manutenção de um valor de derrama que já tem a permanência de oito anos seguidos no nosso Município, o que justifica que seja mantido. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOÃO RAMOS: Diz que a Lei 42/98, permeia os Municípios a lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 10% sobre o IRC. -----

No âmbito da situação real do País e no publicitado encontro do chamado movimento "Compromisso Portugal", chegaram à conclusão que seria necessário diminuir os impostos às empresas para que fosse mais atractivo o investimento no País. Sendo assim, em termos locais, apela a que haja um esforço nesse sentido para que não se continue a penalizar os industriais com o máximo permitido por lei. Assim votará contra a proposta. -----

FLOR AGOSTINHO: Após ter ouvido a intervenção do membro João Ramos, menciona que como tem vindo a fazer nos últimos oito anos, irá novamente votar favoravelmente, porque o seu montante tem sido um grande contributo para o desenvolvimento e para o crescimento do Concelho. Isto é visível a todos,

pois são cada vez mais os industriais a tentarem instalar-se no Concelho. Conclui que deverão ser empresas rentáveis que facilmente poderão suportar uma derrama, e essas contribuem para crescimento e desenvolvimento do Concelho. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Na sequência da intervenção do membro João Ramos, menciona que na experiência de oito anos com Derrama, tem sido uma experiência positiva com as empresas que pagam Derrama. O Ministério das Finanças não fornece a listagem dos contribuintes, mas dada a boa relação com as empresas, há noção donde vem a fatia principal do ramo da indústria, nomeadamente química, indústria cerâmica, indústria de electrodomésticos e indústria da transformação do pescado. Com o decorrer dos anos nunca se sentiu que a Derrama tivesse um efeito dissuasores ou negativo, quer para a operação industrial daqueles que a pagam, quer para a cativação de investimento empresarial nomeadamente na área da indústria no Município. -----

Termina dizendo que a referida receita é importante para o Município, e que não há nota de termos de balanço negativo como um factor de prejuízo induzido pela nossa derrama às empresas. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi deliberado por maioria, com os votos a favor dos membros do PSD e PS (23), e os votos contra do membro da CDU (1) e do Membro do CDS/PP (1), aprovar a presente proposta. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO: O Presidente da Mesa informou que terminada a discussão do ponto 2 e dado ao adiantamento da hora, perguntou ao público presente nas galerias do Salão Nobre, se estava interessado em intervir, tendo apenas Joaquina Pinto, residente na Gafanha da Nazaré, manifestado tal desejo, pelo que lhe foi dada a palavra de imediato: -----

JOAQUINA PINTO: Começa por dirigir algumas palavras ao membro Humberto Rocha, abordando o tema das areias da Gafanha da Nazaré, referindo que há um ano, a Delegada de Saúde fez alguma recolha para análise junto da Cambeia, com a presença do Sr. Presidente da Junta e de um grupo de munícipes preocupados. Como ainda não sabem qual o resultado das análises, pergunta se tem conhecimento. -----

Ao Presidente da Câmara pergunta se tem conhecimento de como é que estão a ser feitas os manuseamentos dos resíduos sólidos dentro do Porto Comercial, isto é se estão dentro das normas de segurança exigidas por lei. -----

Termina, perguntando como é que se está a proceder ao manuseamento dos caulinos. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder: -----

PRESIDENTE DA CÂMARA disse: Começa por explicar que em termos formais os membros da Assembleia Municipal não podem responder ao público, mas que sobre a questão colocada ao membro Humberto Rocha, irá interceder junto da Delegada de Saúde, para que haja resposta objectiva à questão colocada pela munícipe. -----

Em relação às outras questões esclarece que, embora haja um Porto Comercial dentro do território do município, a Lei atribui às entidades que os administram, poder total para a gestão daquele território. A competência legal da Câmara sobre a área portuária é quase nula. No entanto, é entendido que a Câmara tem competência política, por ser uma área do município e por muitos dos trabalhadores residem nele. ----

Relativamente aos problemas no manuseamento dos resíduos sólidos urbanos, diz que o Porto está num processo de certificação ambiental, sendo este um elemento de garantia formal por entidades independentes que não a própria administração e de que um conjunto de regras estão sendo implementadas. -----

Segundo informações da APA, prevê-se que a saída do monte de areia se faça em três anos. Acrescenta que embora a Câmara não tenha formalmente colocado por escrito questões desta matéria, há tranquilidade porque a Junta de Freguesia o tem feito. -----

Assume o compromisso de solicitar formalmente ao Presidente da APA, explicações e informações sobre as acções futuras para gerir as questões abordadas, e que a resposta seja dada sob a forma escrita, de maneira a clarificar tudo.-----

Reitera o compromisso e empenho de institucionalmente trabalhar junto da Administração do Porto de Aveiro e da autoridade de saúde, para que os problemas que tem havido possam diminuir, e possam terminar no mais curto espaço de tempo. -----

Após devido esclarecimento e não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas 00horas e 40 minutos. A Sessão terá a sua continuidade nos termos da convocatória. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa_____

O 1º Secretário_____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 06/12/06.